

MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA: NARRATIVAS DE UMA VENEZUELANA SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE SI E SUA FAMÍLIA

Migración involuntaria:
narraciones de una venezolana sobre sus experiencias y las de su familia

Involuntary migration:
narratives from a venezuelan woman About her and her family's experiences

RESUMO:

Neste artigo analisam-se os sentidos atribuídos por uma mulher-mãe venezolana às vivências de si e de sua família no contexto de migração involuntária. Realizou-se um estudo de caso a partir da história de uma mulher venezolana que se estabeleceu inicialmente em Boa Vista/RR e, posteriormente, deslocou-se para Florianópolis/SC. A análise foi realizada a partir da perspectiva teórico-metodológica da “análise de práticas discursivas e de produção de sentidos” (Spink & Medrado, 2013). Na temporalidade narrativa analisada destacaram-se os seguintes temas: “decisão” pela emigração; maternidade transnacional; primeira chegada ao Brasil e as experiências fronteiriças em Boa Vista/RR; segunda migração e a chegada à Florianópolis/SC. Considera-se que a migração involuntária se refere não apenas a um deslocamento geográfico, mas também a um movimento de subjetivização. A narrativa analisada expressa um testemunho vivo da precariedade das condições políticas e socioeconômicas de muitas pessoas latino-americanas em situação migratória.

Palavras-chave: Migração involuntária; Mulher migrante; Maternidade; Venezuela; Subjetividade.

RESUMEN:

Este artículo analiza los significados que una mujer-madre venezolana atribuye a sus vivencias y las de su familia en el contexto de la migración involuntaria. Se realizó un estudio de caso a partir de la historia de una mujer venezolana, que inicialmente se instaló en Boa Vista (RR) y luego se trasladó a Florianópolis (SC). El análisis se realizó desde la perspectiva teórico-metodológica del “análisis de prácticas discursivas y producción de significados” (Spink y Medrado, 2013). En la temporalidad narrativa analizada se destacaron los siguientes temas: “decisión” de emigrar; maternidad transnacional; primera llegada a Brasil y experiencias fronterizas en Boa Vista (RR); segunda migración

MARÍA LUJÁN GARZINO

<https://orcid.org/0009-0006-2364-0061>
Psicóloga pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Vinculada ao Instituto Clínico de Psicanálise de Orientação Lacaniana de Santa Catarina.
E-mail: psicologa.marialujan@gmail.com

DANIEL KERRY DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-5464-5010>
Doutor em Psicología pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor colaborador do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.
E-mail: dakerry@gmail.com

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e24966



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

y llegada a Florianópolis (SC). Se considera que la migración involuntaria se refiere no sólo a un desplazamiento geográfico, sino también a un movimiento de subjetivación. La narrativa analizada expresa un testimonio vivo de las precarias condiciones políticas y socioeconómicas de muchas personas latinoamericanas en situación migratoria.

Palabras clave: *Migración involuntaria; Mujer migrante; Maternidad; Venezuela; Subjetividad.*

ABSTRACT:

This article analyzes the meanings attributed by a Venezuelan woman-mother to her own and her family's experiences in the context of involuntary migration. A case study was conducted based on the story of a Venezuelan woman who initially settled in Boa Vista/RR and later moved to Florianópolis/SC. The analysis was carried out from the theoretical-methodological perspective of "analysis of discursive practices and production of meanings" (Spink & Medrado, 2013). In the narrative temporality analyzed, the following themes stood out: "decision" to emigrate; transnational motherhood; first arrival in Brazil and border experiences in Boa Vista/RR; second migration and arrival in Florianópolis/SC. Involuntary migration is considered to refer not only to a geographical displacement, but also to a movement of subjectivation. The narrative analyzed expresses a living testimony of the precariousness of the political and socioeconomic conditions of many Latin American people in a migratory situation.

Keywords: *Involuntary migration; Migrant woman; Motherhood; Venezuela; Subjectivity.*

INTRODUÇÃO

VENEZUELANOS(AS) NO BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

Em janeiro de 2020, a Human Rights Watch (HRW), organização não-governamental internacional de direitos humanos sem fins lucrativos, expôs, no seu relatório, a preocupante situação de emergência humanitária na Venezuela que tem se intensificado em decorrência da crise política que o país vem sofrendo desde 2014. O relatório *“Informe Mundial 2020, Resumen de País: Venezuela”* alertou sobre a grave escassez de alimentos e suprimentos médicos, os surtos de doenças que haviam sido erradicadas, a falta de acesso à atenção médica básica e a impunidade das violações de diversos direitos humanos. Esses contextos tem provocado um êxodo massivo de cidadãos venezuelanos, constituindo, assim, a maior crise migratória na história recente da América Latina (HRW, 2020).

Segundo dados publicados na Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V, 2023), até 30 de novembro de 2023 mais de 7 milhões de venezuelanos deixaram os seus lares. Deste total, há, aproximadamente, 6 milhões de venezuelanos refugiados e migrantes na América Latina e no Caribe, sendo que no Brasil, especificamente, foram contabilizados, até setembro de 2023, 510.499 pessoas originárias da Venezuela (R4V, 2023). O número não inclui venezuelanos sem estado migratório regular, o que significa que a cifra pode ser ainda maior. As pessoas se deslocam forçadamente da Venezuela por questões de insegurança, violência, “por medo a serem perseguidos pelas suas opiniões políticas (reais ou percebidas), escassez de alimentos ou de medicamentos, falta de acesso a serviços sociais ou por impossibilidade de sustentarem a si mesmos ou às suas famílias¹” (ACNUR, 2018, p. 24). A Plataforma ainda especifica que em 2023, 510.499 venezuelanos deslocaram-se para o Brasil na condição de refugiados ou migrantes, buscando regularizar a sua situação no país de acolhida (R4V, 2023).

O Brasil, como Estado-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), comprometeu-se, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a “promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades” (ONU, 1948, p. 3). Sendo assim, diante do crescente fluxo de cidadãos venezuelanos que se desloca forçadamente para o Brasil, o Estado, dentro de suas atribuições, deveria agir em prol da garantia dos direitos humanos da população migrante. Porém, esse processo não procede isento de antagonismos sociais e políticos. Segundo o ACNUR (2024), “desde final do 2022, o Brasil tem recebido, por dia, entre 350 e 500 pessoas da Venezuela”. Em 2023 houve um aumento de 24% dos venezuelanos que foram registrados, de modo que “mais de 570 mil refugiados e migrantes venezuelanos foram acolhidos no país desde 2017” (ACNUR, 2024), chegando, principalmente, pelo norte de Roraima (ACNUR, 2019). Os/as migrantes poderiam ter visto em Roraima uma possibilidade de reconstruir, aos poucos, uma vida digna. Porém, conforme apontam Svetlana Ruseishvili, Rodrigo Carvalho e Mariana Nogueira (2018), o estado de Roraima passou a efetivar uma ofensiva de políticas antimigratórias, retirando os/as migrantes do espaço público, promovendo deportações coletivas e convocando a comunidade brasileira local para denunciarem os/as migrantes em situação irregular. O fato de os/as migrantes venezuelanos/as se concentrarem de forma desabrigada no meio urbano torna evidente a falta de ações articuladas em políticas públicas direcionadas a essa população.

Em dezembro de 2017 o estado de Roraima declarou, finalmente, estado de emergência social “em razão do grande fluxo migratório de estrangeiros venezuelanos, desprovidos de meios de manutenção” devido às “séries dificuldades enfrentadas pelas equipes estaduais quanto ao apoio humanitário e logístico” (Roraima, 2017, p. 1). O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), sediado em Brasília,

1 Versão original da tradução livre: “Las personas están abandonando Venezuela por diversas causas: violencia, inseguridad, miedo a ser perseguidos por sus opiniones políticas (reales o percibidas), escasez de alimentos o de medicinas, falta de acceso a servicios sociales o por imposibilidad de mantenerse a si mismos o a sus familias”.

evidenciava, através dos seus relatórios, a falta de articulação entre os diferentes agentes públicos. O Conselho também culpabilizava os agentes por permitir e fomentar, através da sua inércia, diversos danos contra os/as migrantes venezuelanos. Segundo o relatório emitido pelo CNDH em janeiro de 2018 após reunião com representantes dos três níveis do governo, constatou-se uma desarticulação política que possibilitasse a superação das questões dos/das migrantes venezuelanos/as:

O baixo nível de compartilhamento de informações sobre o fluxo migratório, a ausência de diálogo, de apoio técnico, de cooperação e de um trabalho minimamente coordenado, tem como resultado a desassistência aos migrantes e é, em grande parte, responsável pela potencialização de suas vulnerabilidades e pelas violações de direitos humanos. (CNDH, 2018, p. 32)

Uma das estratégias de articulação entre os estados e os municípios, tomada pelo governo para manejear o grande fluxo migratório em Roraima, foi o processo chamado de ‘interiorização’, ação resultante da ‘Operação Acolhida’ instituída pelos Decretos nº 9.285 e 9.286, de 2018. Através da realocação dos migrantes venezuelanos para distintos estados do Brasil, este processo de interiorização busca evitar a afluência de migrantes na fronteira para mitigar a tensão em Roraima. A iniciativa teve por objetivo “oferecer uma oportunidade àqueles que desejam buscar trabalho em outras regiões brasileiras, já que em Roraima essa possibilidade é quase inexistente” (S. Silva, 2018, p. 211). Porém, os/as migrantes teriam outras barreiras para atravessar para poderem, desta vez, entrar no mercado de trabalho. Uma dessas novas barreiras, conforme explica Sidney Antonio da Silva (2018), trata-se da pouca disponibilidade dos municípios para recebê-los.

No estado de Santa Catarina, os municípios de Florianópolis e Palhoça foram os últimos destinos a serem incorporados ao processo de interiorização. Estas cidades foram destaque devido ao seu desenvolvimento na área de tecnologia e no setor de serviços (C. R. Silva, 2018). Na região da grande Florianópolis, o programa de interiorização foi apresentado em outubro de 2018 para os representantes do governo estadual, prefeituras e diversas empresas.

Conforme apontam Ruseishvili, Carvalho e Nogueira, (2018), naquele contexto das migrações de pessoas venezuelanas, o Estado cumpria somente com ações de controle e regularização do fluxo migratório, ao passo que as organizações civis ficavam responsáveis pelo acolhimento da população em seus locais de destino. Sendo assim, estas organizações se entrosaram para cumprir a ‘sua parte’ em uma espécie de acordo tácito, que prescindia o Estado da sua responsabilidade de acolher e fornecer bem-estar social aos/as migrantes. Por fim, as organizações civis assumiram as ações de acolhida como melhor entenderam, utilizando-se, por vezes, por exemplo, de concepções religiosas como formas mediadoras do processo de recepção dos/das migrantes. Dentre estas organizações, a instituição que atendia aos/as migrantes era a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Florianópolis. De acordo com notícia publicada no site Migra Mundo, os/as usuários daquele serviço eram atendidos/as:

em uma sala com pouco mais de 16m² nas dependências da Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus, localizada na Prainha, na capital. As ações da entidade eram feitas sem parceria com grupos formados por integrantes da sociedade civil, a maioria voluntários sem vínculo empregatício que são simpáticos à causa migrante e proativos, perante a ineficiência do Poder Público (Frazão, Machado, Santos, Silva, & Silva-Filho, 2018).

Entendendo a importância de descentralizar o trabalho que era realizado, sobretudo pela igreja católica, e diante da necessidade de responsabilização do Estado no que se refere às ações de acolhida da população migrante na região, criou-se, em 2014, o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (GAIRF).

Este grupo, formado por membros da sociedade civil, mobilizou-se intensamente para tentar a implementação de um Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes e Refugiados (Machado, Barros, & Martins-Borges 2019).

Mesmo sem ter ocorrido uma descentralização completa por parte da igreja católica e diante de uma alta demanda de migrantes, a Ação Social Arquidiocesana (ASA) de Florianópolis procurou o Estado para assinar um acordo. Conforme informa Migra Mundo (2018), o contrato de 2016, com duração prevista de 24 meses de execução e firmado entre a Ação Social Arquidiocesana e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, previa o aporte de recursos por parte do governo do estado que, por sua vez, seriam repassados pelo governo federal. Porém, de acordo com a matéria da jornalista Samira Moratti Frazão, publicada no site Migra Mundo, até 2017, R\$ 740 mil reais ainda estavam congelados em uma conta do Estado, aguardando do governo federal a liberação da verba para abertura do CRAI/SC (Frazão, 2017).

Assim, o Centro, que deveria estar funcionando desde 2016, só iniciou as suas atividades em fevereiro de 2018 em meio a intensas mobilizações e tensões políticas (Machado, Barros, & Martins-Borges 2019).

Tendo sido o primeiro Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante de Santa Catarina e o terceiro do Brasil, o CRAI/SC atuava na integração dos/das migrantes, auxiliando no processo de aprendizagem da língua de acolhida, no ingresso ao sistema regular de educação, na regularização de documentos, no apoio jurídico, no cadastro para concessão de benefícios e no estudo das possibilidades de geração de renda. Na área da assistência social, o CRAI/SC atuava em rede com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), visando promover a viabilização de direitos (Oliveira, 2019).

O serviço multidisciplinar fornecido para atender às necessidades específicas do/da migrante e a atenção focada, particularmente através da Psicologia, para entender e acolher o sofrimento psíquico desta população, cessou com o fechamento do CRAI/SC. O Centro teve que lutar por um termo aditivo para garantir o cumprimento das suas funções até setembro de 2019, quando o convênio foi encerrado (Migra Mundo, 2018). Novamente, percebe-se a falta de diálogo, cooperação e apoio técnico entre os agentes públicos para dar continuidade ao CRAI/SC, iniciativa que lhes cabia. Percebe-se, assim, um retrocesso do governo do estado nas ações de acolhimento, evidenciando a falta de políticas públicas consolidadas para atender às necessidades da população migrante.

De acordo com Rickson Rios Figueira (2018), as mudanças no cenário urbano em Roraima acarretaram um sentimento de ansiedade e insatisfação popular em relação aos/as migrantes. Esse contexto tem desencadeado violentas reações xenófobas em diferentes cidades do estado. Na análise sobre tais incidentes, Figueira (2018) destaca três fatores:

(a) o racismo, como um componente estrutural das relações sociais no Brasil, mas também . . . como um elemento tradicionalmente orientador das políticas de imigração do país, e, inclusive, como parâmetro organizador de uma hierarquia de nacionalidades; (b) a recuperação da imagem idealizada do Estado-Nação e sua associação com a ideia de propriedade ; (c) o populismo como gatilho discursivo que aciona os dois primeiros fatores por meio da circulação de medos e ressentimentos como afetos mobilizadores da atenção e anseios da população do Estado. (Figueira, 2018, p. 224)

Frente a uma imagem idealizada do estado-nação e sua associação com a ideia de propriedade, constrói-se a ideia de que os/as migrantes, como grupo minoritário, ameaçariam o “imaginário delirante de completude homogênea”, situação que “pode acionar o gatilho da violência reativa por parte de membros inconformados do grupo majoritário” (Figueira, 2018, p. 225). Conforme expõem Maria Aparecida Bento (2016), Iray Carone (2016) e Rickson Figueira (2018), a formação do povo brasileiro é marcada pela tentativa de delineamento e categorização do/da migrante, baseada em critérios raciais que o Estado usou para definir qual seria o imigrante ideal. Dedicados ao trabalho e à família, como poderia ser qualquer imigrante, porém, particularmente, brancos e europeus, o objetivo do incentivo do Estado à

migração europeia no século XIX e primeira metade do século XX era levar a cabo o projeto eugenista de branqueamento da população brasileira em três gerações (Bento, 2016; Carone, 2016; Figueira, 2018). Assim, ao mesmo tempo em que se definia a imagem do imigrante ideal (o branco de nacionalidade europeia), também se delimitava o tipo de migrante que não era desejado no Brasil (pessoas não-brancas, sejam elas de ascendência latina e/ou africana).

Os debates políticos sobre anti-imigração ganharam corpo nos discursos populistas de extrema-direita, intensificados a partir das eleições de 2018, que mobilizaram discursos de ódio e violentas reações xenofóbicas, racistas e nacionalistas no país. De acordo com Figueira (2018, p. 228) “discursos populistas de direita com base em fundamentos nacionalistas costumam cercar o perímetro da coletividade”, tomando como parâmetros a etnia e a cultura, ressaltando a imagem (ilusória) ameaçadora dos migrantes e refugiados, bem como a pureza étnica (também imaginária) da sociedade que os recebe. Com isso, reforça-se um nacionalismo conservador que preconiza que os direitos e as oportunidades seriam prioridade da população nativa (Figueira, 2018). Estes discursos, ao culpabilizarem os imigrantes e refugiados pelo aumento da criminalidade e/ou pelo esgotamento de serviços públicos, “aram o campo onde são plantadas as sementes do racismo, do nacionalismo e da xenofobia” (Figueira, 2018, p. 228). Esta situação se viu plasmada, por exemplo, em Roraima, em agosto de 2018, no extremo ato simbólico de nacionalismo xenófobo, com o entoar do hino nacional ao mesmo tempo em que se queimavam os pertences de imigrantes e refugiados (Figueira, 2018).

MIGRAÇÃO E SUBJETIVIDADE

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ressalta a importância de diferenciar os termos “refugiado” e “migrante”, pois confundi-los “acarreta problemas para ambas as populações” (ACNUR, 2016). Refugiados seriam um grupo de pessoas que, em decorrência de estar em situações de vida perigosas e intoleráveis, optam atravessar fronteiras internacionais na busca por segurança nos países mais próximos. Esta população está protegida pelo direito internacional, deve ter acesso à assistência dos Estados, do próprio ACNUR e de outras organizações, e “não devem ser expulsos ou devolvidos a situações em que sua vida e liberdade estejam em perigo” (ACNUR, 2016). Já os/as migrantes, segundo o ACNUR (2016), escolhem se deslocar “principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões”. O órgão diferencia estas populações especificando que os/as migrantes podem voltar ao seu país de origem e, mesmo fora dele, continuam recebendo a proteção do seu governo (ACNUR, 2016). Lucienne Martins-Borges (2017) diferencia os tipos de migração, salientando que na migração involuntária não há um planejamento prévio da partida, não existem períodos de transição e o migrante não consegue projetar um futuro no novo país.

Sandro Mezzadra (2015) expõe que o conjunto de categorias utilizadas nos estudos sobre migrações tem sido questionado, haja vista os intensos processos de transformações, tanto nas dinâmicas migratórias como nas políticas de controle das migrações. Em sua leitura acerca das reflexões sobre migrações forçadas desenvolvidas pelo filósofo indiano Ranabir Sammadar (citado por Mezzadra, 2015), o autor enfatiza as variadas maneiras de força e de coerção intervenientes na mobilidade humana que correspondem a experiências subjetivas heterogêneas e que vão muito além das delimitações da categorização e da pesquisa sobre as migrações. Com isto, o autor não diminui a necessidade de distinguir e descrever as condições que especificam uma migração forçada, pois, desta maneira é possível identificar quais recursos podem ser eficazes para proteger jurídica e humanitariamente o/a migrante. Contudo, Mezzadra explica que:

diante da multiplicação dos modelos e das experiências de mobilidade, dos status jurídicos, bem como da inserção dos migrantes no mercado de trabalho, é essencial analisar e submeter a uma avaliação crítica a linguagem, as taxonomias e as distinções categoriais mediante as quais, inclusive enquanto estudiosos, nos relacionamos com a migração. (Mezzadra, 2015, pp. 12-13)

Quanto à migração voluntária, que se define por oposição à forçada, Mezzadra (2015, p. 13) evidencia que “muito raramente a migração é completamente ‘voluntária’ ou ‘livre’”. O autor chama a atenção para as tensões e os conflitos em meio à pressão de uma multiplicidade de forças estruturais e a capacidade subjetiva de ação do/da migrante no momento de se deslocar. Levando em consideração estes fatores, torna-se possível “enxergar os movimentos dos migrantes e as experiências migratórias enquanto espaços estratégicos para a produção de subjetividade”. Em diálogo com uma perspectiva foucaultiana, Mezzadra propõe que direcione nossa atenção para os dispositivos de sujeição e para os processos de subjetivação que se efetivam na experiência migratória. Essa concepção teórica permitiria lançar luz sobre as agências dos sujeitos em situações migratórias, suas capacidades de negociação e contestação das relações de poder. O conceito de cidadania, como uma espécie de “significante chefe”, organiza e atravessa as nomenclaturas, as taxonomias e as divisões epistêmicas das migrações. Nas palavras do autor:

No discurso público, nas retóricas dos governos, mas também dentro do mainstream das pesquisas sobre migrações, a cidadania regula o sistema de posições políticas e jurídicas que distribui os sujeitos em mobilidade em uma escala variável de abjeção e proteção, valorização econômica e exploração, pertencimento e precariedade, acesso a direitos e “deportabilidade.” (Mezzadra, 2015, p. 14)

Em meio a tensões e conflitos que evidenciam a crise atual da nomenclatura e das taxonomias da migração “estão em jogo a vida e a morte de milhares de mulheres e de homens”. Para além de qualquer nomenclatura, a pessoa que se desloca possui, primeiramente, direitos como ser humano. A migração é um direito humano e, como tal, deve ser reconhecida como um movimento legítimo que “mobiliza um conjunto de energias subjetivas e as leva a contrastar as relações de poder e as numerosas fronteiras que estruturam os espaços percorridos pelos migrantes” (Mezzadra 2015, p. 19).

Nesse jogo de forças políticas que passam a posicionar sujeitos e produzir condições de vida e morte, torna-se urgente uma problematização acerca dos processos de desumanização dos corpos migrantes. De acordo com Judith Butler (2011), a vinculação ética com a alteridade não é algo dado. Para que haja algum tipo de vínculo alteritário, é necessário que se reconheça a humanidade de um “outro” que se encontra sob ameaça, ampliando-se, assim, os critérios de inteligibilidade do humano. Entende-se que a humanidade, de alguma maneira, é um acordar para a vulnerabilidade do outro, para aquilo que é precário em outra vida “ou antes, àquilo que é precário à vida em si mesma” (Butler, 2011, p. 19). Ao problematizar os processos de humanização e desumanização, a autora se depara com a suposição de que:

aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos. (Butler, 2011, p. 24)

Frente às breves ponderações expostas acima, consideramos que o cenário atual se mostra alarmante, pois o êxodo massivo de famílias venezuelanas decorrente da situação de emergência humanitária na Venezuela aumenta significativamente. As condições desumanas as quais os/as migrantes venezuelanos/as estão expostos/as durante o deslocamento involuntário intensificam os processos de vulnerabilização dessa população. O considerável crescimento da feminização da pobreza e da migração acarretam prejuízos que afetam particularmente a vida da mulher migrante. Levando em consideração a necessidade de uma melhor compreensão e problematização acerca das experiências de mulheres-mães migrantes venezuelanas, apresentamos a seguir os resultados de uma pesquisa que buscou responder à seguinte problemática: quais os sentidos que uma mulher-mãe venezuelana atribui às experiências de si e de sua família no contexto da migração involuntária para a região da grande Florianópolis?

METODOLOGIA

DELINEAMENTO E PARTICIPANTE

A presente pesquisa baseia-se em um paradigma ‘construcionista’, cujo cerne da investigação centra-se na elucidação dos processos através dos quais as pessoas narram, explicam ou contabilizam a si mesmas e o mundo em que vivem (Spink & Menegon, 2013). Isto significa adotar a perspectiva de que o conhecimento não se refere a algo que as pessoas detêm de forma acabada e pronta, mas a processos construídos no âmbito das relações sociais. Nesse quadro, considera-se que somos sujeitos situados e produzidos nas tramas dos processos históricos, políticos e culturais em que estamos inseridos. De acordo com Mary Spink e Vera Menegon (2013), o viés construcionista na pesquisa científica é orientado por uma prática dialógica, reflexiva e crítica.

As problematizações apresentadas aqui foram desenvolvidas a partir de um estudo de caso que objetivou conhecer de modo mais aprofundado as vivências de uma mulher-mãe-venezuelana e de sua família acerca do processo de migração involuntária para a região da grande Florianópolis. A fim de preservar a intimidade da interlocutora e de sua família, foram utilizados nomes fictícios. O caso em tela analisado trata da história de Laura, uma mulher-mãe-migrante venezuelana que migrou involuntariamente e sozinha de seu país para o Brasil e, posteriormente, tentou a reunificação familiar no país de destino. A escolha por essa interlocutora foi pautada nos seguintes critérios: ser mulher, mãe, de nacionalidade venezuelana e que, tendo migrado involuntariamente para o Brasil, residisse com a sua família há pelo menos um ano na região da grande Florianópolis. Entendeu-se que esse tempo morando no Brasil poderia ser um período razoável que possibilitasse uma narração que considerasse não apenas os movimentos de deslocamentos, mas também um maior envolvimento com a realidade sociocultural brasileira.

CONTEXTO E PROCEDIMENTO DE ESCUTA DAS NARRATIVAS

Realizou-se uma sequência de três encontros² nos quais foram conduzidas três entrevistas em profundidade com Laura. Em decorrência de uma prática de estágio em Psicologia Social junto a crianças venezuelanas na comunidade Monte Serrat (bairro periférico de Florianópolis), a primeira autora deste artigo – ela mesma migrante de nacionalidade argentina, possuía uma rede de contatos com outras pessoas migrantes residentes na região da grande Florianópolis. A aproximação com Laura foi mediada por essa rede e o contato inicial com a interlocutora foi realizado via aplicativo de mensagens *WhatsApp*, através do qual se pôde apresentar o projeto de pesquisa e explicar os seus objetivos. Todo o processo de trocas e conversas com Laura foi realizado no idioma espanhol, língua materna da interlocutora e da pesquisadora entrevistadora. Após Laura ter demonstrado interesse em participar do presente estudo, foi apresentado e explicado à participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³ traduzido para o espanhol. As entrevistas só foram realizadas após a elucidação acerca das questões éticas presentes no TCLE e após o aceite da interlocutora.

Como procedimento de escuta das narrativas que Laura tinha para contar, escolheu-se como instrumento entrevistas semiestruturadas e individuais. A entrevista é uma ferramenta de escuta de narrativas que pode ser compreendido como um processo de ‘interanimação dialógica’ entre pesquisadores/as e

2 Em relação às etapas da pesquisa, a primeira autora do artigo atuou como articuladora do contato com a informante, como entrevistadora, na escrita da versão inicial e final do texto e na revisão final do manuscrito. O segundo autor atuou como orientador da pesquisa, na escrita da versão inicial e final do texto e na revisão final do manuscrito.

3 O TCLE e o projeto de pesquisa que deu origem ao presente estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma universidade da grande Florianópolis. O caráter de participação foi totalmente voluntário e a participante foi esclarecida sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento e sobre a possibilidade de recusa a responder quaisquer perguntas durante as entrevistas. Foi garantido o sigilo absoluto das informações pessoais, de modo a preservar o anonimato da entrevistada e respeitar a sua privacidade.

interlocutores/as. Nesse sentido, o instrumento foi utilizado como um recurso relacional e dialógico a partir do qual “a expressão e produção de práticas discursivas aí situadas devem ser compreendidas também como fruto dessa interação” (Spink & Menegon, 2013, p. 64). Isto é, a interlocutora e a pesquisadora foram agentes ativas na dialogia e na produção de sentidos no transcurso das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas entre agosto e setembro de 2020, em um período em que a situação sanitária em decorrência da pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2) ainda estava crítica. Assim, a fim de respeitar as recomendações dos órgãos de saúde e evitar as possibilidades de transmissão do vírus, as entrevistas foram realizadas de modo remoto, por videochamadas, por meio do aplicativo de celular gratuito *WhatsApp*, cujas políticas de privacidade mantiveram em segurança a troca de informações. Conforme preconizado no TCLE, o sigilo e a privacidade durante as entrevistas foram assegurados, tanto a interlocutora como a pesquisadora entrevistadora encontravam-se sozinhas e em ambientes seguros no momento das ligações telefônicas. Com a prévia autorização da interlocutora, as entrevistas foram áudio-gravadas e, posteriormente, transcritas para fins de análise das narrativas.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DAS NARRATIVAS

As narrativas escutadas foram analisadas a partir da perspectiva teórico-metodológica da ‘análise das práticas discursivas e de produção de sentidos’. Entendem-se as práticas discursivas como sendo a linguagem em ação, isto é, “as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (Spink & Medrado, 2013, p. 26). A produção de sentido, por sua vez, implica na ‘linguagem em uso’, sendo, portanto, considerada uma prática dialógica e social e não “uma atividade cognitiva intraindividual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados” (Spink & Medrado, 2013, pp. 22-23). Assim, para analisar as narrativas, tornou-se necessário uma análise da produção de sentidos, através da qual se “busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas” (Spink & Medrado, 2013, p. 23).

No presente estudo de caso, buscou-se analisar, a partir das narrativas de Laura, os sentidos atribuídos às vivências de si e de sua família no contexto da migração involuntária da Venezuela para o Brasil. Para fins de organização da análise, consideramos dois marcos temporais narrativos: o ‘tempo vivido e o tempo curto’. Segundo Mary Spink e Benedito Medrado (2013), o tempo vivido são as experiências pessoais, as ressignificações produzidas no percurso da história do sujeito. Assim, memórias guardadas com afeição encontram no tempo vivido o “ponto de referência afetivo, no qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identitárias” (Spink & Medrado, 2013, p. 33). Já no tempo curto, o tempo da interanimação dialógica, é possível entender a dinâmica da produção de sentidos, este tempo refere-se à interação social ‘face a face’, quando os/as interlocutores/as se comunicam diretamente (Spink & Medrado, 2013, p. 33).

Para uma melhor compreensão da história de Laura nos contextos espaço-temporais em que se delinearam a sua trajetória, optou-se pela recriação dos elementos narrados. Neste percurso, buscou-se dar destaque às sensações, às emoções e aos afetos entrelaçados nos circuitos sociopolíticos nos quais a interlocutora esteve envolvida. As experiências apresentadas aludem a um processo que diz respeito não apenas ao deslocamento físico, mas também à transformação de uma subjetividade. No transcurso das análises, foram apresentados trechos textuais das falas de Laura no idioma espanhol, sua língua materna, com a finalidade de convidar o/a leitor/a a experimentar sensações de estranhezas que possam surgir frente a um texto bilíngue⁴.

4 A proposta estilística de apresentarmos as falas de nossa interlocutora em sua língua materna, mesclando o português e o espanhol ao longo do texto, inspira-se na posição ética e política da intelectual chicana feminista decolonial Gloria Anzaldúa. A autora, que frequentemente apresenta seus textos entrelaçando línguas minoritárias com a língua dominante, diz que “a ambivalência proveniente do choque de vozes resulta em estados mentais e emocionais de perplexidade” (Anzaldúa, 2005, p.705). Nossa intenção, ao apresentar a falas de nossa entrevistada em espanhol, é manter esse estado mental ao longo da leitura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EMIGRAÇÃO: UMA DECISÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Laura vivia no bairro San Félix, próximo ao centro de Ciudad Guayana, uma das principais cidades do sul da Venezuela, com uma população de mais de 700 mil habitantes, urbanizada, planejada, com alto desenvolvimento industrial (Venezuela, 2014). A interlocutora tem por volta de 30 anos de idade, se autodeclara branca e tem ensino médio completo. É mãe de Mariana e de José. Chegou ao Brasil há aproximadamente dois anos. Primeiro estabeleceu-se em Boa Vista (Roraima) e, posteriormente, deslocou-se pela segunda vez, para Florianópolis (Santa Catarina). A decisão de migração de Laura foi tomada devido à crise política na Venezuela que tem intensificado a grave situação econômica do país. A escassez dos meios básicos para a subsistência, como alimentos e medicamentos, tem aumentado, tornando a permanência no país cada vez mais complicada. Essa situação emergencial colocou milhares de venezuelanos frente a uma difícil decisão: ficar na sua terra e encarar os mais diversos riscos junto às suas famílias; ou migrar, juntos ou sozinhos, para construir melhores condições de vida e tentar posteriormente a reunificação familiar. Não foi diferente para Laura:

yo vi que la situación se estaba poniendo demasiado difícil, demasiado difícil, o sea que ya uno no se podía sustentar, ya uno no podía comprar comida, ya uno no podía comprar que si una carne, que si un pollo, ya llegó a un punto que uno no tiene ni para comer, ni pa' darle a los hijos de uno, pues . . . Entonces yo un día me decidí! (Laura)

Martins-Borges (2017) salienta a complexidade em definir o que realmente coloca uma pessoa em situação de deslocamento. Entende-se que quando já não resta escolha de permanência no país de origem ou tal possibilidade representa um risco à sobrevivência de si ou de pessoas próximas, a migração, mesmo que involuntária, se apresenta como uma saída. Segundo Martins-Borges, múltiplas dimensões cercam a complexidade do deslocamento forçado: “ela (a complexidade) se encontra nas variadas – mas não unâimes – teorias explicativas das causas deste tipo de deslocamento, que incidem em consequências variadas para os países deixados para trás, para os países de transição e para os países de acolhimento” (Martins-Borges, 2017, p. 169). Marie Rose Moro (2015, p. 187) também ressalta que a migração “é um ato complexo que não pode ser reduzido às categorias do acaso ou da necessidade”. Trata-se de um ato social e psíquico, inscrito em um determinado contexto histórico e político e que, certamente, deixará consequências para os sujeitos (Moro, 2015).

A decisão de Laura em sair da Venezuela expressa as complexidades sociopolíticas e subjetivas envolvidas nesse ato. Segundo ela, “*llegó un momento que ya no se podía sustentar económicamente por la situación del país. El sueldo no daba, todo se escaseaba y así decidí salir del país porque ya no aguantaba más la situación*”. Laura pensou que sair do seu país e se estabelecer além das fronteiras seria fácil: “*yo pensé que era fácil, yo pensé. . . yo dije: “voy a llegar allá, yo consigo un trabajo, y todo ‘fino’*”. Assim, resolveu conversar com o ex-marido, pois os filhos dos dois deveriam ficar aos seus cuidados enquanto Laura tentava o sustento no país vizinho, o Brasil. Na conversa com o ex-marido, explicou a sua estratégia “*hablé con él y le dije ‘yo te voy a dejar a los niños por un mes’, le dije, un mes, dos meses, y después cuando yo me estabilice allá, yo los vengo a buscar*”. O pai das crianças concordou, pois mesmo na situação extrema em que se encontravam, ele não queria sair do seu país, conforme relata Laura: “*él no quiso porque él es esa persona que no deja su tierra y su ‘broma’ y todavía está allá en Venezuela*”. Laura, decidida, empreendeu viagem rumo ao que imaginava ser um percurso relativamente fácil. Porém, desconhecia os desafios que viriam pela frente: “*yo tomé la decisión. Compré un pasaje y me fui, sin conocer a nadie. Estaba sólo con un contacto de una amiga que yo tenía allá*”.

Antes da crise em seu país, Laura relatou que tinha uma vida normal na Venezuela. Morava em uma casa própria com um homem, que na época era seu marido, e com seus filhos. Contou que tra-

lhava como caixa em um supermercado “sólo por trabajar”, pois o marido a sustentava e nunca lhe faltava nada. As crianças frequentavam a creche e a escola. Seus irmãos, com quem mantinha um bom relacionamento, era o que lhe restava de sua família, pois os seus pais já eram falecidos. Sua rotina se resumia “del trabajo a la casa con los niños”. Laura relembrava com pesar como foi difícil ter tomado a decisão de sair da Venezuela, pois nunca imaginara algo assim: “Fue una cosa difícil porque uno nunca piensa que uno va a salir de su país, o se va a separar de sus hijos así, por un bienestar económico” (Laura). Com o avanço de “la mala economía”, Laura se viu obrigada a sair do país. Ela bem entendia o que implicava tomar essa decisão, conforme atestam suas palavras: “cuando uno sale de su país, uno toma una decisión de dejar su familia, de dejar su tierra pa’ una vida mejor”.

Mesmo convencida de que voltaria para a Venezuela para buscar os filhos, Laura sabia que outras coisas e relações ficariam para trás. Conta com tristeza: “allá en Venezuela quedaron mis otros hermanos, quedó mi casa”. A importância dada à família e o desejo de manter o vínculo familiar que pode sentir o/a migrante ao morar no exterior vai além da possibilidade de contato. O que entra em jogo é o fato de renunciar à cotidianidade daquelas relações, à presença e ao contato físico. Diversos afetos atravessam aqueles (as) que emigra da sua terra: medo de deixar de pertencer a um grupo familiar ou social, aflição pela possibilidade de perder sua referências linguísticas e culturais, angústia por perder o que representa a própria casa etc. Os afetos de separação compreendem, inclusive, os espaços de uma estrutura material que podem guardar memórias de todos os tipos. A casa também se refere a costumes, comidas específicas, hábitos culturais. Laura contou, com nostalgia: “a veces pienso que. . . o sea. . . que me gustaría estar allí en mi casa con mi entorno familiar, mi entorno social con quien yo me. . . porque esa es la costumbre que uno tiene pues y ya los conoces, ya tú. . . bah, te sientes como en tu casa”. Quando questionada sobre como lida com o fato de “extrañar”, sentir saudades de sua família e de sua casa, Laura, com firmeza, respondeu: “Como digo lo más importante aquí son mis hijos y. . . y eso me quita así. . .”. Observou-se, nos relatos de Laura, que a questão da maternidade e a sua relação com seus filhos era algo muito presente em toda a sua narrativa. Entendemos que a experiência migratória empreendida por Laura não poderia, portanto, ser pensada de modo descolado da experiência da maternidade e de todas as interpelações de gênero atreladas a ela. No tópico a seguir apresentamos relatos que expressam esses imbricamentos que produzem o que podemos chamar de uma “maternidade transnacional”.

INTERPELAÇÕES DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE TRANSNACIONAL

Após combinar com o ex-marido que sairia do país para conseguir trabalho no Brasil e voltar em um ou dois meses para buscar os filhos e levá-los com ela, Laura conversou com “los niños”:

los niños estaban pequeño. La niña tenía 3 años, el niño tenía 8 años, no perdón, 7 año. Y el niño, entendía un poquito. Entonces yo le dije que yo me iba a ir a trabajar, a ver si. . . una vida mejor, porque no me podía quedar ahí porque, o sea, así el papá me diera o yo trabajara no me iba a dar para sustentarlos a ellos y él lo tomó un poquito bien porque así. . . pero a medida que pasaba tipo, como que no entendía, a medida que pasaba el tiempo ya ellos querían estar conmigo, pues porque ya pasaba el mes, 1 mes, 2 meses, 3 meses, y ellos veían que yo no iba. (Laura)

Laura descreveu com tristeza esses momentos difíceis, pois nunca pensou que iria se separar de seus filhos. “Los niños” ficaram aos cuidados do pai que, por sua vez, teve a ajuda de sua atual companheira e de uma comadre para tomar conta deles. Laura relatou: “cuando él estaba solo así, lo ayudaba mi comadre hasta que la mujer se mudó con él. . . en un mes por ahí de que yo me vine”. Nota-se que mesmo o pai tendo ficado responsável pelo cuidado das crianças, ele contou, primeiro, com a ajuda de uma comadre de Laura que morava na mesma casa; apenas posteriormente ele passou a receber ajuda

da atual companheira. Esse tipo de configuração de redes de atenção às crianças no interior das famílias transnacionais é analisado por Manoela Carpenedo e Henrique Nardi (2017). Os autores observam que a organização das modalidades de apoio e cuidado no contexto transnacional também reproduz as normas de gênero que reforçam a posição das mulheres como cuidadoras. Nesta situação, o trabalho doméstico e de cuidados da própria família que ficou no país de origem muitas vezes é delegado para outra mulher, geralmente parte da família estendida da mãe que migra. Tais dinâmicas de transferência de cuidados promovem redes que transcendem fronteiras e tecem novas configurações familiares, dentre elas o que se tem chamado de ‘maternidades transnacionais’ (Carpenedo & Nardi, 2017).

Quanto às experiências de trabalho que possibilitam, de alguma maneira, o sustento no exterior para a maioria das mulheres latino-americanas que migram, Hochschild (citado por Carpenedo & Nardi 2017, p. 3) indica que “o conceito de cadeias globais de cuidado ilustra de modo eficaz as consequências dessa transferência internacional de trabalho doméstico e de cuidado impulsionada pela globalização”. Isto é, mulheres que migram para países industrializados atenderiam às demandas domésticas e de cuidados que ali surgem e delegariam para outra mulher, pobre, o cuidado da sua própria família (Carpenedo & Nardi, 2017).

De acordo com Carpenedo e Nardi (2017), a posição da mulher como provedora não só desafia as normas de gênero de uma maternidade branca, mas põe à prova o código moral que estabelece o que é ser uma “boa” mãe. Os autores pontuam que a literatura sobre o tema tem indicado que mesmo deslocadas do seu contexto e atravessando as dificuldades de adaptação e de busca pelos meios de sobrevivência delas e de suas famílias, as mães transnacionais continuam se fazendo presentes financeira e emocionalmente para seus filhos. Nesse sentido, o cuidado continua sendo exercido pelas mães, ainda que à distância. Mães transnacionais adotam novas formas de presença através do envio de presentes, de remessas de dinheiro e se comunicando através de tecnologias que têm ao seu alcance (Carpenedo & Nardi, 2017).

A dinâmica da maternidade transnacional pôde ser observada na história de Laura. Assim que conseguiu trabalho em Boa Vista, mesmo com muitas dificuldades para o próprio sustento no novo contexto, mandava dinheiro e comida para os filhos na Venezuela. Ela contou: *“les mandaba comida y dinero hasta que. . . para que se sustentaran hasta que yo estuviera un poquito mejor para ir a buscar a los niños”*. O fato de estar na fronteira facilitava o envio de comida para a família. Na região se improvisavam sistemas de encomendas para que a mercadoria chegasse ao destino, conforme explicou: *“como estábamos en la frontera y de Boa Vista ahí a Venezuela es cerca, entonces por ejemplo, había muchas personas que hacían viajes y entonces yo armaba para poner 2 sacos de comida y te cobraban cada saco 50 reais pa’ llevarlos hasta la puerta de tu casa”*.

Em relação aos aspectos emocionais envolvidos na experiência da maternidade transnacional, Laura relembrou com pesar como foi difícil o tempo em que esteve afastada dos seus filhos. Quando conseguiu voltar para a Venezuela para visitá-los, até hesitou, pensou em desistir e ficar com eles. No entanto, decidiu que precisava voltar para Boa Vista e continuar trabalhando para dar melhores condições de vida para os seus filhos. Nas palavras de Laura:

Tuve 4 meses sin verlos, en diciembre antes que cumplieran años fui a Venezuela, les compré unas cosas, les fui a llevar porque no me los podía traer, porque no estaba estabilizada bien, porque como yo te dije yo pensé que todo era fácil, entonces yo dije “si no tengo trabajo no me puedo quedar en la calle con los niños de nuevo”; Eso es horrible! Me dieron una semana de permiso en el trabajo, entonces yo estuve pensando, yo pensé, si me quedo en Venezuela, como te dije, tenía ganas de quedarme con los niños pero igualito, iba a ser lo mismo, y me regresé a la semana. Y seguí trabajando y mandando, trabajando y mandando así como para. . . para sobrevivir. . . como quien dice. . . Eso fue en Boa Vista, que fue la parte más difícil. (Laura)

Conforme afirmam Carpenedo e Nardi (2017) seria insuficiente compreender as experiências de maternidades transnacionais dentro de uma compreensão estática e monolítica, entendendo as mães

apenas como vítimas da hostilidade dos seus contextos. Segundo os autores expõem: “as narrativas dessas mulheres revelam como elas são capazes de articular sua agência em contextos pouco favoráveis, modificando não somente as suas vidas, mas a vida de suas famílias” (Carpenedo & Nardi, 2017, p. 21). Entende-se que há uma trama discursiva e uma dinâmica socioeconômica que procura fixar as posições de mulher e de mãe, controlando e limitando qualquer espaço criativo possível de reinvenção dessas identidades. Porém, mães transnacionais parecem encontrar brechas para negociar suas identidades maternas, ressignificando, nesse processo criativo, modelos pré-estabelecidos e inserindo novas modalidades de cuidado e afeto (Carpenedo & Nardi, 2017).

Os imperativos da maternidade, decorrentes de normas regulatórias de gênero, produzem uma identidade social que controla os corpos das mulheres que são mães. Entre os vários quesitos instituídos pelos dispositivos de controle para ser uma “boa mãe”, Carpenedo e Nardi (2017) salientam a proximidade física e constante entre mãe e filha/o e a ideia de cuidado materno. Sendo assim, poder-se-ia dizer que as mães transnacionais instauram um “ruído” nas produções de inteligibilidades que definem a “boa mãe sempre fisicamente presente”. A maternidade transnacional, tal como experienciada por Laura, buscou conciliar o desejo por uma vida melhor para si e seus filhos, cuidados e distância geográfica, sem, com isso, abandonar a experiência de ser mãe e sem que essa experiência esteja necessariamente “fundida” com outras dimensões da sua vida. Laura assumiu o desejo de ter uma mudança de vida, percebeu a transformação na sua posição tanto de mãe como de mulher e sentiu-se melhor assim:

Porque ahí como que cambió mi vida . . . como más independiente me siento más en la forma que soy más independiente si yo allá en Venezuela era diferente . . . como te expliqué trabajaba en un supermercado, así pero, así sólo por trabajar y eso porque el papá de los niños que me sustentaba y . . . o sea, como te expliqué yo en Venezuela antes, antes no me faltaba nada pues . . . así, pero aquí yo me siento mejor. Me siento como mejor, más independiente . . . o sea, sentí que no era lo mejor para mí, pues . . . entonces yo dije, ‘yo tengo que salir de aquí’, porque entonces cada día va a ser peor y cuando quiera salir no voy a poder, ¿entiendes? Entonces fue que tomé la decisión de salir. (Laura)

Em consonância aos relatos de Laura, concordamos com a perspectiva de que, para algumas mulheres, a migração pode ser “uma forma de obter liberdade de circulação e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares” de modo que “o deslocamento entre um país e outro representa uma possibilidade de sobrevivência, mas também uma escolha ou um projeto individual, tanto social como identitário” (Rodrigues, Vasconcelos, & Host, 2008, pp. 253-254). A experiência da maternidade transnacional e a gestão de todos os percalços que ela implica orientaram os modos pelos quais Laura construiu o transcurso da sua migração e a organização e o planejamento para trazer seus filhos para o Brasil. Seguimos, no próximo item, acompanhando essa trajetória.

A CHEGADA AO BRASIL E AS EXPERIÊNCIAS FRONTEIRIÇAS EM BOA VISTA/RR

De sua casa, em Ciudad Guayana, Laura tomou um ônibus até o terminal de Santa Elena de Uairén. O trajeto foi de 15 horas, tranquilo e, conforme contou Laura, na época em que ela viajou, seguro. Ao chegar em Santa Elena, foi de carro até à fronteira da Venezuela com o Brasil. Já do lado brasileiro, Laura encontrou um posto de atendimento da Organização Internacional para as Migrações (OIM), onde recebeu ajuda com os trâmites necessários para entrar no Brasil. No momento de fazer os seus documentos, Laura não percebeu diferenças entre a condição de refugiado e a de migrante. Ao considerar que a solicitação de refúgio tem validade por um ano, encontrou mais vantagens em tramitar o pedido de residência no Brasil e já protocolar o pedido de Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Laura contou:

Yo entré, yo saqué todos mis documentos como residente para, o sea como el refugio se vencia. . . El refugio es como un papel que te dan con foto mas no te dan el protocolo ese para tú retirar la cédula. Entonces el refugio que tú entraste como refugiado, yo entré de residente una vez para que me entreguen mi cédula y documentos. (Laura)

Laura relatou que a OIM levava os venezuelanos a um abrigo para não dormirem na rua. Porém, mesmo recém-chegada a Boa Vista/RR, sozinha e sem conhecimentos prévios da língua portuguesa, ela optou por ficar por conta própria. Laura vivenciou situações angustiantes, segundo disse: “*yo llegué, cuando yo llegué ahí, eso era horrible! Eso, una cosa desesperante, estuve cinco días durmiendo en la calle*”. Quando questionada sobre o que a levou a recusar o alojamento temporário em um abrigo, Laura parecia descrever uma situação de desamparo maior do que ter que dormir na rua: “*te ponían en unas carpas y entonces allá habían drogas, había prostitución, había de todo. . . yo prefería estar en la calle que meterme en un abrigo de esos que me vayan a hacer algo que yo no quiera*”.

Laura relembrava a dificuldade que teve no início para se comunicar. Com os brasileiros, disse ter usado sinais para se fazer entender. Contou a estranheza que sentia quando não compreendia o que os brasileiros diziam “*Yo me sentía extraña porque uno. . . uno se queda ‘así’ porque uno quiere entender lo que ellos dicen, o sea, un poquito complicado entiendes?*” Nunca havia estado em uma situação similar. Percebeu de imediato que nada seria tão fácil quanto acreditava que poderia ser. Viu-se sem forças, como muitos outros venezuelanos que conheceu nas ruas de Boa Vista, até pensou em desistir e voltar para a Venezuela:

Sola, ahí estuve durmiendo en la calle, sí, andaba sola, ahí tú conoces personas en la calle que también son venezolanos como uno y entonces dije, yo no aguento más, hasta así.. estaba a punto de regresar a mi país! Entonces yo pensaba ‘si me regreso va a ser peor, va a ser peor porque no voy a poder sustentar a los niños, esas cosas’. Entonces yo llamé a mi contacto y me recibió en su casa. (Laura)

O contato em Boa Vista ofereceu a possibilidade de hospedagem e Laura passou um mês morando com a amiga. Nesse tempo saiu em busca de trabalho. Esteve dias na rua com um cartaz que anunciava “*procuro trabajo*”, porém demorou para conseguir emprego. Em um desses dias um homem parou frente a ela e perguntou se poderia trabalhar na sua casa, ajudando a esposa com os filhos enquanto ele viajava. Laura manteve esse serviço durante um mês. No entanto, relatou com desespero como foi ficar sem trabalho novamente e como teve que recorrer à sua criatividade para dar um jeito: “*después de ese mes me quedé sin trabajo de nuevo. . . yo ‘Ay Dios!’ Eso es terrible, eso es como que. . . entonces dije ‘yo no me puedo quedar sin hacer nada’ y me puse a hacer arepas!*” (Laura). Assim, vendeu “*arepas*” até que, através de uma amiga, conseguiu trabalho em uma lanchonete da região. Trabalhava das 17h às 21h na lanchonete e conseguiu três diárias a mais para fazer faxina em uma casa das 06h às 17h. Percebeu-se a exaustão na voz da Laura ao relembrar daquelas épocas. Havia também uma mistura de indignação no seu discurso, pois Laura não estava registrada, era mal paga pelos serviços que oferecia e até chegou a sofrer agressões dos clientes que frequentavam a lanchonete onde trabalhava. Porém, a difícil situação socioeconômica que se vivencia(va) em Boa Vista em meio ao desemprego, obrigava a quem tivesse trabalho, mesmo em condições precárias, a cuidá-lo dedicadamente.

Laura, como muitos outros venezuelanos em Boa Vista, sofreu discriminação e violentas reações xenófobas da comunidade local. Contou que regularmente chegavam clientes na lanchonete, de cara amarrada, pedindo as coisas de mau jeito e implicando propositalmente com os funcionários venezuelanos. Em uma ocasião, um homem que estava alcoolizado chegou na lanchonete e começou a gritar com uma das garçonetes venezuelanas. Quis atacá-la fisicamente. Laura conseguiu interceder e evitar que a amiga fosse machucada. Sentia-se com raiva e não se deixou subjugar, falou para o homem: “*así ellos fuesen brasileros y yo venezolana, somos igualitos*”. Na hora levou um forte empurrão do homem e revidou com um soco.

Com muito trabalho e esforço, “luchando”, Laura conseguiu alugar um quarto. Com dificuldade, relata: “yo lo único que tenía era un colchón de estos que se inflan. Y dormí ahí y después como se rompió, tuve como 2, 3 meses durmiendo en el piso porque sin nada”. Um dia Laura recebeu uma ligação do ex-marido desde a Venezuela. Segundo Laura, ele disse: “no puedo ya sustentar los niños”. Mesmo com o dinheiro e a comida que a Laura mandava mensalmente para as crianças, o pai de seus filhos assumiu que já não tinha meios para sustentá-los. Para Laura, o ex-marido “él con sus hijos era incondicional, era demasiado pegado con sus hijos”. Porém, mesmo sendo apegado às crianças, as circunstâncias na Venezuela o obrigaram a entregá-los para a mãe. Laura, de imediato, começou a ver as possibilidades que tinha para buscar a “los niños”. Não demorou para se organizar, juntou um dinheiro e voltou para a Venezuela. Relembra: “yo dije que todo bien, que iba a hacer todo lo posible y ahí hice todo lo posible, todo lo posible para irlos a buscar y fue una decisión así. . . reuní, reuní, por aquí, por allá, pedí prestado y me fui pa’ Venezuela” (Laura). “Los niños” esperavam pela mãe. Foi dito para eles que só iriam passar umas férias em Boa Vista e depois voltariam para a Venezuela. Assim, empreenderam viagem: o mesmo trajeto que Laura fizera inicialmente sozinha, agora o repetia, desta vez em companhia dos seus filhos.

Chegando na fronteira, Laura levou oito horas para fazer os documentos dos filhos: “tuve desde las 10 de la mañana hasta las 6 de la tarde sacándoles los documentos a los niños, acunándolos y eso. . . después tomé un carro de ahí de la frontera hasta Boa Vista” (Laura). Em Boa Vista tudo seria diferente, pois agora com “los niños”, Laura teria que se organizar de outra maneira. Após um mês da chegada das crianças, ela conseguiu alugar outro quarto que ficava a uma quadra da lanchonete onde trabalhava. Levava as crianças junto para o trabalho. Laura contou:

yo me los llevaba y los sentaba ahí tranquilos, ellos se quedaban tranquilos jugando en el teléfono y después cuando llegaban las 10, las 9 que yo veía que ellos tenían sueño yo iba rapidito los llevaba a la casa y los acostaba a dormir, como me quedaba cerquita del trabajo hasta que yo saliera de las 12. (Laura)

“Los niños” não conseguiram se adaptar em Boa Vista. O clima, tão pesado e tão quente, era diferente do que estavam acostumados em Ciudad Guayana. O calor afetava o humor das crianças, o sol lhes queimava a pele, Laura relembrhou: “eso allá es horrible, hace calor, no sé cómo las personas pueden estar allá. Hace demasiado calor”. Não somente o calor afetava as crianças. Faltava-lhes a sua casa, as suas coisas. O tempo em que as crianças viveram em Boa Vista se caracterizou por uma forte ambivalência, por um lado estavam contentes de ter a sua mãe por perto, mas por outro sentiam saudades do pai; queriam voltar para a Venezuela, mas sabiam que em Boa Vista eles comiam o que não podiam comer em casa. Laura contou com aflição:

Bueno, ellos querían, ellos estaban emocionados en una parte porque ellos querían estar conmigo y otra parte porque les hacía falta su casa su papá y... que se querían ir pa’ Venezuela y a la vez no se querían ir porque por ejemplo allá... aquí comían todo lo que allá no se podía comer, entonces ellos me decían que se querían ir, después y que no, pero en Boa Vista sí fue una parte difícil porque hacía mucha mucha calor y, o sea... estaban y más que todo también por eso que se querían regresar. (Laura)

Laura relembrhou que José, o seu filho mais velho, estava ficando deprimido. Ela contou que pensou: “yo me tengo que salir de aquí o regresarlo pa’ Venezuela porque no es la idea, entiendes?”. O fato de nem sequer saberem que estavam saindo da Venezuela para não voltar, pode ter agravado o processo de inserção em Boa Vista. “Los niños” saíram de sua casa, deixaram os seus pertences, os seus brinquedos, tudo o que lhes era familiar e ainda desconheciam a possibilidade de não reencontrarem o seu pai novamente, pelo menos não em curto prazo. Estes eventos trouxeram sofrimento, particularmente para José que, sendo maior do que a sua irmã, compreendia a gravidade da situação. Percebe-se que “los niños”

vivenciaram muito estresse na fase migratória. O estresse, além de revelar as diversas e significativas perdas, evidenciava também uma tensão entre o que representava, por um lado o Brasil e, por outro, a Venezuela. Isto é, no Brasil, José e Mariana teriam a sua mãe por perto e contariam com outras possibilidades que não conseguiam manter no país de origem. Na Venezuela estavam atrelados ao pai, ao lar, à escola, aos seus amigos e parentes, porém lá não era possível a subsistência.

Laura relatou que a situação em Boa Vista já estava praticamente igual à da Venezuela. A economia estava decaendo drasticamente, os preços dos alimentos subiam desproporcionalmente. O dono da lanchonete onde trabalhava teria que fechar o negócio e ela ficaria novamente sem emprego, mas, desta vez, junto com as crianças. Os mesmos conhecidos que receberam inicialmente Laura em Boa Vista foram para Florianópolis, de onde mantiveram contato. A cidade parecia oferecer oportunidades de trabalho e melhores condições de vida do que Boa Vista. Diante do contexto em que Laura e os seus filhos se encontravam – não muito diferente das situações que passavam na Venezuela, ela tomou outra importante decisão em prol do bem-estar de todos: empreenderiam uma nova jornada, desta vez para Florianópolis:

tomé otra decisión, como quien dice empezar de cero aquí como que de nuevo. Salir de mi país, así como salí de mi país a Boa Vista, igual de Boa Vista salí para acá para empezar de cero de nuevo. Entonces ahí tomé la decisión de venirme hacia acá porque ya donde yo estaba ya no se podía sustentar, se estaba poniendo igual que en Venezuela. (Laura)

SEGUIR “PA’ LANTE”: UMA NOVA MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA

A crise econômica e social em Boa Vista forçou Laura a migrar mais uma vez. Porém, esta situação era diferente de quando saiu da Venezuela. Na primeira vez, Laura não queria ter saído de sua terra, mas, na segunda, estava desesperada por sair de Boa Vista: “*es diferente porque en Boa Vista era una cosa que yo quería salir corriendo, pero como quien dice no podía, tenía que seguir ‘pa’ lante’*”. Sair de Boa Vista parecia ser a oportunidade de deixar para trás uma situação novamente insustentável. Quando questionada sobre o que sentiu ao sair de Boa Vista, Laura disse: “*pa’ decirte la verdad yo no tenía sentimiento de nada, yo lo que quería era el sentimiento de salir de ahí ya, estaba loca!*”. No entanto, sair da Venezuela teve outro peso, o do sacrifício e da perda: “*Venezuela fue algo diferente porque tú ibas a dejar a tu familia, ibas a dejar a tus conocidos, ibas a dejar a tus . . . a la gente que tú quieras, tú la ibas a dejar allá y tu tierra, donde tú te criaste, donde te gusta estar y esas cosas entiendes?*”. Percebe-se que as incertezas acompanharam Laura em ambas as situações em que se viu forçada a migrar. Chegar outra vez em um lugar desconhecido e sem trabalho angustiava Laura. Porém, na segunda migração, o fato de Laura se encontrar acompanhada pelos seus filhos tornava mais complicada a jornada. Com certa tensão na sua voz, Laura relembrhou: “*entonces empecé a pensar lo porque es una parte donde no conoces a nadie de nuevo y empezar a buscar trabajo. . . y sin nada de nuevo, pero fue más difícil porque esta vez fue con los niños*”.

Decidida, Laura contou que iniciou o pedido de realocação para Florianópolis na Polícia Federal de Boa Vista. Ali se ofereciam voos de graça que saíam para diferentes estados e cidades do Brasil. Laura relatou que o trâmite contava com duas modalidades para efetivar a realocação. A primeira consiste que o/a migrante garanta que será recebido/a na casa de um amigo ou familiar que já se encontre trabalhando na cidade de destino e assuma a responsabilidade por sustentar a si e a sua família pelo período mínimo de três meses. Laura contou: “*los de la Federal querían una base para que no digan que las personas. . . ellos no pueden traer personas así. . . y traerlas a la deriva, entiendes? Tienes que traerlas con el compromiso de otra persona que se va a hacer cargo de esa persona por 3 meses*”. Para esta modalidade, quem fosse acolher o/a migrante e a sua família na cidade de destino deveria enviar para Boa Vista toda a sua documentação comprovando que possui uma moradia e emprego fixo. Laura disse: “*Sí. . . ellos*

tienen que mandar carteira de trabajo, CPF, constancia del último comprobante de pago, recibo de luz, todo eso”. Laura disse que foi dessa maneira que a maioria dos venezuelanos que estavam em Boa Vista chegaram a Florianópolis. A segunda modalidade para efetivar a realocação em outra cidade do Brasil depende inicialmente das vagas de trabalho disponíveis no local de destino e das possibilidades dos/das migrantes para candidatarem ao novo emprego. Nesta situação, não há uma escolha pela nova cidade, mas a vaga de emprego estaria reservada. Segundo explicou Laura, neste caso, que não é o mais comum, o/a migrante recebe dinheiro para sustentar-se por 3 meses, até estabilizar-se no novo emprego. Sobre essa possibilidade, Laura lamenta: “*Sí. . . pero eso no es todo mundo que le sale. . . es una suerte que. . . a las personas que le salgan así*”.

A viagem para Florianópolis aconteceu aproximadamente um mês depois de Laura ter feito a solicitação. Ela relembrou que ligaram um dia antes do voo para que eles se apresentassem na OIM e realizassem os exames médicos, “*ellos te llaman un día antes ‘mira, mañana tienen que estar aquí en Petri o en la OIM, tienen que estar aquí para la revisión, la revisión médica’ y al otro día te montaban en el avión y te mandaban*”. Ela já estava pronta e seus chefes e colegas já estavam avisados, pois sabia que o processo podia sair de um dia para o outro. Chegou a conversar com “*los niños: ‘ya ellos sabían que nosotros nos íbamos a venir pa’ otra ciudad, un trabajo mejor, una vida mejor, sí todo eso ya yo les. . . les había explicado a ellos*”. No dia da viagem, Laura e seus filhos se apresentaram para o exame médico. Na consulta, não foram examinados fisicamente, mas puderam comprovar que já haviam recebido vacinas ao chegar em Boa Vista.

Laura e seus filhos foram recebidos pelos seus conterrâneos que já residiam em Florianópolis e que também tinham vindo de Boa Vista. Na primeira casa de acolhida na capital catarinense já viviam 14 pessoas – e mais familiares estavam por chegar. Possuía, naquele momento, somente 700 reais que tinha conseguido juntar em Boa Vista. A quantia que dispunha foi entregue para pagar o primeiro aluguel da casa que encontrou para morar. Durante três dias, levava os filhos de volta para a casa de seus conterrâneos para que eles pudessem comer. No período de adaptação em Florianópolis recebeu muita ajuda da comunidade: “*me ayudaron bastante, me ayudaron con ropa porque no teníamos ropa, no tenía nada prácticamente. . . empecé de nuevo. Las personas son muy colaboradoras, bueno, las que me han tocado a mí son muy buenas y ahí me he ido acomodando*”. Aos poucos, foi conseguindo exercer algumas atividades remuneradas como cuidadora de idoso e como trabalhadora doméstica, o que lhe possibilitou pagar aluguel, comprar comida e sustentar os filhos.

A partir do relato sobre a sua instalação em Florianópolis, observa-se que, para se manter economicamente, Laura dependeu de suas iniciativas individuais e do apoio da comunidade em que se inseriu. Perguntada se conhecia o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), Laura inicialmente não reconheceu a sigla, mas depois afirmou saber do que se tratava o serviço. Disse que chegou a fazer uma visita ao CRAI, porém, naquele momento, o equipamento estava fechado, o que a desestimulou de retornar em outro dia. Quando questionada se acessou algum Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região ou alguma organização que pudesse lhe auxiliar com benefícios socioassistenciais, Laura respondeu negativamente. Observa-se que nem o Estado, nem as organizações sociais exerceram o acolhimento a esta família migrante. Apesar de Laura ter conseguido se instalar em seu destino, ela não acessou informações sobre seus direitos, uma vez que não conseguiu encontrar locais, equipamentos e instituições que contribuíssem com isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da história de Laura, pudemos nos aproximar das experiências e dos sentidos atribuídos por uma mulher-mãe venezuelana às vivências de si e de sua família no contexto de sua migração involuntária para a região da grande Florianópolis. A análise incluiu o transcurso de Laura desde o momento de tomada de decisão de sair do país, passando pelas paradas na região norte do Brasil, até a chegada e o estabelecimento na região Sul. Buscamos dar destaque às narrativas que aludiam ao processo de emigra-

ção e suas vicissitudes, bem como conhecer as nuances de um tipo de migração marcada por contextos de vulnerabilidades e por buscas de melhorias de condições de vida para si e sua família.

Os relatos de Laura indicam que a migração, para além de um deslocamento humano entre fronteiras inscrito em um determinado contexto histórico, social, econômico e político, se efetiva, também, como um movimento de subjetivação. Nesse sentido, concordamos com algumas das proposições de Mezzadra (2012), para o qual as migrações precisam ser pensadas a partir dos imbricamentos entre dispositivos heterogêneos de assujeitamento e uma multiplicidade de práticas de subjetivação. Esses cruzamentos presentes nos sistemas migratórios implicam experiências que podem ser vivenciadas de modos ambivalentes. Na história de Laura, por exemplo, observa-se que há um desejo de partir, mas também há o medo, o receio e a tristeza por abandonar a família e o país de origem; há um desejo de independência e, ao mesmo tempo, de manutenção de laços; há desejo de busca por novos territórios de existência, porém isso não implica aceitar qualquer condição de vida. Múltiplos fatores estão envolvidos na complexa decisão de empreender o deslocamento. Nesta complexidade, diversos afetos emergem: dúvidas, medos, esperança, raiva, alegrias etc.

A maternidade transnacional nos convoca a pensar a migração como uma experiência também marcada por gênero. Como mãe migrante, Laura continuou exercendo (parcial ou totalmente) a função de provedora do sustento de seus filhos. Nota-se uma trama discursiva e uma dinâmica socioeconômica que procura fixar as posições identitárias de mulher e de mãe. Porém, mães transnacionais parecem encontrar brechas para negociar suas identidades (como mães, mulheres, migrantes etc.), ressignificando, nesse processo criativo, modelos pré-estabelecidos e inventando novas modalidades de cuidados e afetos. Isso não quer dizer, evidentemente, que as normas de gênero deixem de fazer operar seus efeitos nas experiências dessas mulheres. No caso de Laura, por exemplo, observamos que em toda a sua trajetória ela não abdicou do exercício do cuidado dos filhos, ainda que isso acarretasse sobrecargas emocionais e de trabalho.

Além da falta de emprego e de condições para uma vida digna, Laura, como muitos outros(as) venezuelanos(as) em Boa Vista e em outras partes do país, sofreu discriminação e violentas reações xenófobas da comunidade local. Excluir, discriminar e expulsar o diferente são respostas frequentes frente a uma estranheza inquietante que parece representar uma ameaça para alguns. Em decorrência de diversas forças (midiáticas, políticas e econômicas) temos observado uma construção problemática que estabelece uma correlação entre a migração venezuelana e a intensificação dos problemas sociais, especialmente nas regiões fronteiriças no norte do país. Culpabilizados pelo aumento nos índices de violência no estado, pelo colapso na saúde e pelo desemprego de brasileiros, venezuelanos são vistos como um grupo indesejável e como “bode expiatório”. É evidente que essas produções discursivas são eminentemente marcadas pelo racismo e pela xenofobia, algo que o testemunho de Laura nos atesta.

Enfatizamos, a partir da história da Laura, a importância das redes comunitárias de apoio, que ajudam a tecer uma dimensão ética nos movimentos de subjetivação emergentes nos processos migratórios. Para Laura, nessas redes foi possível criar vínculos que a ajudaram tanto nos aspectos materiais e objetivos (doação de alimentos, ajuda com documentações e com residência, compartilhamento de informações, auxílio no cuidado com os filhos etc.), como nas esferas emocionais e afetivas. As redes de apoio, na maior parte das vezes constituída por pessoas que também se encontram em alguma situação de vulnerabilidade, se efetivam nas relações coletivas e comunitárias. Em alguns momentos na trajetória de Laura podemos perceber a presença do Estado reconhecendo seus direitos como migrante (como quando consegue emitir as suas documentações e as dos seus filhos; e quando consegue acessar programas de interiorização de migrantes que a possibilitou pegar o avião para Florianópolis). No entanto, no geral, percebe-se que o acesso às políticas públicas, aos direitos e aos benefícios socioassistenciais (que deveriam ser assegurados pelo Estado) são precários ou inexistentes. Portanto, cabe questionar o papel dos estados em assegurar os direitos humanos de migrantes e as formas pelas quais o país tem possibilitado ou não condições humanitárias a essas populações. De modo geral, consideramos a história da Laura e sua família um testemunho vivo da precariedade das condições políticas e socioeconômicas de muitas pessoas latino-americanas em situação migratória. Nesse sentido, urge que pautemos tais problemáticas no campo dos debates intelectuais, sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR** (2016). *Refugiados e Migrantes: Perguntas Frequentes*. Autor. <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR** (2018). *Tendencias globales, desplazamiento forzado en 2018*. Autor. <https://www.acnur.org/5d09c37c4.pdf>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR** (2019). ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados. Autor. <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR** (2024). *Seminário em São Paulo debate a crise humanitária venezuelana e a importância da cooperação internacional*. Autor. <https://www.acnur.org/portugues/2024/04/12/seminario-em-sao-paulo-debate-a-crise-humanitaria-venezuelana-e-a-importancia-da-cooperação-internacional/>
- Anzaldúa, G.** (2005). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), 704-719. <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzc-zb/?format=pdf&lang=pt>
- Bento, M. A.** (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 28-63). Vozes.
- Butler, J.** (2011). Vida precária. *Contemporânea*, 1, 13-33. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>
- Carone, I.** (2016). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 13-23). Vozes.
- Carpenedo, M. & Nardi, H.** (2017). Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, 49, e174912. <https://doi.org/10.1590/18094449201700490012>
- Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH** (2018). *Relatório das violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil*. Autor. https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_RelatriosobreViolaesdeDireitosHumanoscontraImigrantesVenezuelanos.pdf
- Figueira, R. R.** (2018). Razões da xenofobia: ensaio sobre os fatores contribuintes da violência xenófoba contra imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima. In R. Baeninger & J. C. J. Silva (Coords.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 224-230). Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp.
- Frazão, S. M.** (2017, 8 de novembro). Audiência pública em Florianópolis discute ausência do CRAI em Santa Catarina. *MigraMundo*. <https://migramundo.com/audiencia-publica-em-florianopolis-discute-ausencia-do-crai-em-santa-catarina/>
- Frazão, S. M., Machado, G. S., Santos, G. M., Silva, E. G., & Silva-Filho, L. L.** (2018, 13 de dezembro). CRAI-SC enfrenta incertezas sobre funcionamento. *MigraMundo*. <https://migramundo.com/crai-sc-enfrenta-incertezas-sobre-funcionamento/>
- Human Rights Watch – HRW** (2020). *Informe Mundial 2020, Resumen de País: Venezuela*. Autor. <https://www.hrw.org/es/world-report/2020/country-chapters/venezuela#4e7c06>

- Machado, G. S., Barros, A. F. O., & Borges, L. M.** (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(55), 79-96. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>
- Martins-Borges, L.** (2017). Migrações involuntárias e impactos psíquicos: a mediação da cultura. In R. S. Peres, F. Hashimoto, M. M. Casadore, & M. V. Braz (Orgs.), *Sujeito Contemporâneo, saúde e trabalho: múltiplos olhares* (pp. 169-186). Edufscar.
- Mezzadra, S.** (2012). Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista ECO-Pós*, 15(2), 70-107. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v15i2.900>
- Mezzadra, S.** (2015). Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. Dossiê: Migrações e fronteiras. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, XXIII(44), 11-30. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004402>
- Moro, M. R.** (2015). Psicoterapia transcultural da migração. *Psicologia*, USP, 26(2), 186-192. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>
- Oliveira, O.** (2019, 31 de janeiro). CRAI celebra um ano de Atendimento aos Migrantes. *Arquidiocese de Florianópolis*. <https://arquifln.org.br/desque-secundario/crai-celebra-um-ano-de-atendimento-aos-migrantes>
- Organização das Nações Unidas – ONU** (1948). *Declaração Universal do Direitos Humanos*. Unicef. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela - R4V** (2023). América Latina y el Caribe, Refugiados y Migrantes Venezolanos en la Región - Nov. 2023. Autor. <https://www.r4v.info/es/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-nov-2023>
- Rodrigues, F. S., Vasconcelos, I. S., & Host, C. R.** (2008). Cruzando fronteiras. Famílias migrantes na tríplice fronteira Brasil – Venezuela – Guiana. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 16(31), 247-256. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/104/96>
- Roraima** (2017). *Decreto n. 24.469-e de 04 de dezembro de 2017*. Poder Judiciário do Estado de Roraima. <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/24469.pdf>
- Ruseishvili, S., Carvalho R. C., & Nogueira M. F. S.** (2018). Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O Decreto Estadual n. 24.469-E como divisor de águas. In R. Baeninger & J. C. J. Silva (Coords.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 57-67). Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp.
- Silva, C. R.** (2018). Sínteses, reflexões e perspectivas sobre a política de interiorização no acolhimento de venezuelanos em 2018. In R. Baeninger & J. C. J. Silva (Coords.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 322-332). Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp.
- Silva, S. A.** (2018). Políticas de abrigamento a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus: algumas indagações. In R. Baeninger & J. C. J. Silva (Coords.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 206-216). Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp.
- Spink, M. J. & Medrado, B.** (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 22-41). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. & Menegon, M. V.** (2013). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 42-70). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Venezuela (2014). *XIV Censo nacional de población y vivienda*. Resultados por Entidad Federal y Municipio del Estado Bolívar. Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística. <http://www.ine.gob.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/bolivar.pdf>

Histórico *Submissão: 09/08/2023*

Revisão: 01/05/2024

Aceite: 14/06/2024

Editor científico *Marivete Guesser*

Contribuição dos autores

Conceitualização: MLG

Orientação da pesquisa: DKS

Curadoria de dados: MLG

Analise de dados: MLG, DKS

Redação do manuscrito original: MLG

Redação, revisão e edição: MLG, DKS

Financiamento *Não houve financiamento.*

Consentimento de uso de imagem *Não se aplica.*

Aprovação, ética e consentimento *O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Sul de Santa Catarina em 13/08/2020 (CAAE: 35469320.2.0000.5369 / Número do Parecer: 4.210.808).*